



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD

ALESSANDRA LOPES DE CARVALHO

O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL NA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Brasília
2010

ALESSANDRA LOPES DE CARVALHO

O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL NA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de
especialização em Processo Civil do
Centro Universitário de Brasília -
UnICEUB.

Orientador: Prof. Carlos Orlando Pinto

Brasília
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Carvalho, Alessandra Lopes de

O Instituto da Repercussão Geral na Admissibilidade do Recurso Extraordinário / Alessandra Lopes de Carvalho.-- Brasília [S.n], 2010.

48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso do UniCEUB. Curso de Especialização em Processo Civil.

1. Crise no STF - Recurso Extraordinário - Requisitos de Admissibilidade - Repercussão Geral. I. Título.

CDU – XXX.XX

Proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, sem permissão expressa do Autor. (Artigo 184 do Código Penal Brasileiro, com a nova redação dada pela Lei n.º 8.635, de 16-03-1993).

ALESSANDRA LOPES DE CARVALHO

**O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL NA
ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

Monografia apresentada à Banca examinadora do Centro Universitário de Brasília–UniCEUB, como exigência parcial para obtenção do grau de especialização em Processo Civil.

Aprovado pelos membros da banca examinadora em ____/____/____, com menção ____ (_____).

Banca Examinadora

Carlos Orlando Pinto

Orientador

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

André Pires Gontijo

Examinador

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Einstein Lincoln Borges Taquary

Examinador

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Dedico este trabalho aos meus pais,
meus filhos, minhas irmãs e amigos por
todo apoio e incentivo.

“Mais do que a obediência às formas e ao procedimento, o que a população almeja é uma solução o mais rápido possível para o litígio existente. Não é sem razão a afirmativa de que uma justiça tardia é sempre uma forma de injustiça.”

Luiz Manoel Gomes Júnior

RESUMO

O recurso extraordinário é o meio processual para contestar perante o Supremo Tribunal Federal uma decisão judicial proferida por um Tribunal de Justiça, sob a alegação de contrariedade à Constituição ou de invalidade da lei local em face de lei federal. Neste trabalho discutiremos os aspectos mais relevantes sobre esse recurso, tendo sua delimitação definida no instituto da Repercussão Geral que é regulamentado pela Lei n. 11.418, de 2006, na Constituição Federal de 1988, art. 102, § 3º, acrescido pela Emenda Constitucional 45/2004; Código de Processo Civil, art. 543-A e art. 543-B, acrescidos pela Lei nº 11.418/2006; além do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF) no art. 322 e art. 328, com a redação da Emenda Regimental nº 21/2007. O objetivo deste trabalho é estudar sobre a Emenda Constitucional n. 45, de 2004, que introduziu elementos referentes ao Instituto da Repercussão Geral à Constituição de 1988. A partir dessa regulamentação, o Supremo Tribunal Federal passou a examinar a existência de repercussão geral na questão a ser discutida em sede do recurso extraordinário como requisito de admissibilidade para o julgamento do mérito recursal. Neste trabalho, examinaremos os aspectos históricos do recurso extraordinário, seu surgimento bem assim o da repercussão geral. Conceituaremos o instituto da repercussão geral e estudaremos as principais regras processuais e os requisitos de admissibilidade ou conhecimento da repercussão geral.

Palavras-chave: Crise no STF - Recurso Extraordinário - Requisitos de Admissibilidade - Repercussão Geral.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Agravos de Instrumento e Recursos Extraordinários nos últimos anos.....	43
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 RECURSO EXTRAORDINÁRIO	12
1.1 Definição de recurso extraordinário	12
1.2 Principais características do recurso extraordinário	13
1.3 Aspectos históricos do recurso extraordinário.....	14
1.4 Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	17
1.5 Admissibilidade do recurso extraordinário.....	18
2 O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL.....	20
2.1 Conceito de Repercussão geral	20
2.2 Origem do Instituto da Repercussão geral	22
2.3 Previsão legal do Instituto da Repercussão geral	23
2.4 Os vários aspectos da repercussão geral (relevância social, política e jurídica) e a regra da Transcendência.....	27
3 COMPARATIVOS ENTRE REPERCUSSÃO GERAL, ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA E O SISTEMA AMERICANO PETITION FOR WRIT OF CERTIORARI	30
3.1 Repercussão Geral e arguição de relevância	30
3.2 Repercussão Geral e petition for writ of certiorari	32
4 ASPECTOS PROCESSUAIS DA REPERCUSSÃO GERAL.....	34
4.1 Termo inicial da exigência da repercussão geral no recurso extraordinário (QO no AI 664567-2, RS do STF)	34
4.2 Sobrestamento dos recursos extraordinários nos tribunais de origem.....	34
4.3 Admissibilidade pelo tribunal <i>a quo</i>	35
4.4 Admissibilidade da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal	38
4.5 Aplicação da repercussão geral prevista no Código de Processo Civil aos recursos extraordinários em geral.....	39
4.6 Admissibilidade dos recursos extraordinários anteriores a 03 de maio de 2007	40
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

Uma tutela jurisdicional ágil e eficiente é o maior objetivo a ser alcançado por todos aqueles que lidam com o Direito. Com a Constituição Federal de 1988, estabelecendo um maior exercício da cidadania, houve um aumento do número de causas submetidas ao Poder Judiciário, o que muitas vezes reflete na lentidão da prestação dessa tutela.

A Constituição Federal vigente, ao incorporar muitas matérias, anteriormente tratadas em leis infraconstitucionais, acabou por ampliar o rol de questões passíveis de serem submetidas ao STF - Supremo Tribunal Federal, via recurso extraordinário e respectivos agravos de instrumentos, nos casos de não admissão.

Para o Ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, a lentidão da justiça tem com grande motivador:

o aumento do número de processos, uma verdadeira explosão de ações, que decorre do fato de que, à medida que se acentua a cidadania, as pessoas procuram mais os tribunais, certo que a Constituição de 1988 deseja que a cidadania seja exercida por todos, convocados os cidadãos a fiscalizar coisa pública, *a res pública*, efetivando-se essa fiscalização mediante o ajuizamento de medidas judiciais. O reconhecimento, em nível constitucional, de interesses difusos e coletivos, emprestando-se legitimação extraordinária a entidades de classe e sindicais e ao Ministério Público, para a defesa, em Juízo, desses interesses, os direitos conferidos ao consumidor, a ampliação do raio de proteção da ação popular, tudo isto faz crescer o número de processos.¹

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, chamada de Reforma do Judiciário, ouve a inserção no ordenamento jurídico atual do instituto da repercussão geral. Dentro das inovações trazidas na parte recursal foi instituído no texto constitucional o §3º do artigo 102:

No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do

¹ VELLOSO, Carlos M. da Silva. O Poder Judiciário: Como torná-lo mais ágil e dinâmico: Efeito Vinculante e Outros Temas. *Revista de Informação Legislativa*, Senado Federal, 138 abr/jun 1998, p. 76.

recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Foi editada também a Lei nº 11.418, de 2006, que acrescentou os artigos nº 543-A e 543-B ao Código de Processo Civil, a fim de regulamentar a matéria. E ademais, o Supremo Tribunal Federal incluiu dispositivos específicos sobre a matéria em seu Regimento Interno, através da Emenda Regimental nº 21/2007, complementando as normas procedimentais sobre o tema.

Vale ressaltar que a introdução da Repercussão Geral se coaduna com outros princípios constitucionais, como o acesso à justiça (CF, art. 5º, XXXV) e a razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII).

Nos parece que o intuito claro do legislador ao instituir a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário foi reduzir o número de demandas submetidas ao STF, agilizando desta forma sua prestação jurisdicional e recuperando sua função paradigmática de análise de recursos que importem em relevante matéria constitucional. Para Arruda Alvim este instituto é “o que resolve grande escala o problema dos tribunais de cúpula, enquanto afetados por carga excessiva de trabalho”.²

Este trabalho pretende analisar a repercussão geral das questões constitucionais como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, identificando o que seja e como deve ser aplicada, dada a sua importância. A preocupação com a repercussão deste instituto foi o que motivou o estudo do tema.

Para isso, abordaremos no primeiro capítulo o que é o recurso extraordinário, seus aspectos históricos, hipóteses de cabimento, bem como os respectivos requisitos de admissibilidade.

O segundo capítulo tratará da conjuntura da introdução da repercussão geral no ordenamento jurídico brasileiro, seu conceito, sua origem e evolução legislativa, bem como os vários aspectos que engloba.

Já o terceiro capítulo traçará um comparativo entre Repercussão Geral e o Instituto da arguição de relevância das questões federais, que existiu na

² ALVIM, Arruda. *A EC n. 45 e o Instituto da Repercussão Geral*. Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões sobre a EC n.45/2004. São Paulo: RT, 2005, p. 88.

Constituição anterior à vigente, e com o sistema *writ of certiorari* norte-americano. Permitindo desta forma o entendimento das principais diferenças e semelhanças dos dois institutos com o da repercussão geral.

No quarto e último capítulo veremos vários aspectos processuais da repercussão geral, quais sejam, a decisão sobre o termo inicial da exigência do aludido instituto, o sobrestamento dos recursos extraordinários, as limitações sofridas no juízo de admissibilidade realizado pelos tribunais de origem, e a competência para o reconhecimento da repercussão geral.

1 RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1.1 Definição de recurso extraordinário

Um recurso busca não só satisfazer interesses privados (de invalidar ou reformar a decisão), mas, também, interesses públicos, já que, diante da possibilidade de revisão das decisões, os magistrados as profeririam da melhor maneira.³

Para Osmar Mendes Paixão “deve-se buscar a integridade da norma jurídica, a preservação do prestígio da lei, por meio da melhor interpretação possível, e na busca do alcance das normas jurídicas da sociedade (também para que haja segurança jurídica).”⁴

A natureza jurídica do recurso extraordinário, para José Afonso da Silva, seria “meio de impugnação de decisões judiciais desfavoráveis.”⁵ Ademais, em se tratando de recurso comum a todos os ramos de direito processual, Moacyr Amaral Santos o trata como um “instituto de direito processual constitucional.”⁶

Entende-se portanto, que o recurso extraordinário, como explica João Parizatto, é aquele que:

É previsto na Constituição Federal, tratando-se de recurso de natureza excepcional, admissível em determinados casos, expressamente previstos no artigo 102, III, da Carta Magna, descabendo em tal recurso serem sopesados elementos probatórios dos autos ou mesmo reexame de prova.⁷

Para Bernardo Câmara, Bernardo Junqueira e William Freire seria a “ferramenta para a manutenção da integridade da norma Constitucional, servindo à

³ CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. *Recurso extraordinário: origem e desenvolvimento no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 10.

⁴ Ibidem

⁵ SILVA, José Afonso da. *Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963, p. 108.

⁶ SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 3, p. 170.

⁷ PARIZATTO, João Roberto. *Prática do recurso especial, extraordinário e ordinário*. São Paulo: Parizatto, 2005, p. 293.

tutela dos direitos subjetivos do jurisdicionado, além de assegurar a validade e a autoridade da Lei Maior.”⁸

Já José Afonso da Silva conceitua o recurso extraordinário como:

Meio processual que o Estado pôs à disposição das partes, para que, defendendo o próprio interesse subjetivo, dêem ao Pretório Excelso o instrumento de controle [...], sobretudo, da supremacia da constituição.⁹

Podemos ainda acrescentar às definições anteriormente citadas posição apresentada por Bernardo Pimentel de que consistiria em recurso inspirado no modelo norte-americano, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal “fixa a tese jurídica a ser aplicada e, em seguida, sendo possível, julga o caso concreto, aplicando desde logo o direito à espécie.”¹⁰

1.2 Principais características do recurso extraordinário

A primeira característica a ser destacada é que se trata de recurso excepcional, classificado por alguns dentro de um gênero chamado de recursos extraordinários.¹¹

De acordo com Eduardo Arruda Alvim, contrariamente aos recursos ordinários, o recurso extraordinário tem suas hipóteses de cabimento previstas de forma exauriente, expressamente registradas na CF, pelo que possui “fundamentação vinculada”.¹² Ao contrário, os recursos ordinários possuem “fundamentação livre”.¹³

⁸ CÂMARA, Bernardo Ribeiro; JUNQUEIRA, Bernardo; FREIRE, William. *Recurso especial e extraordinário: Doutrina e Prática*. Belo Horizonte: Mineira, 2002, p. 21.

⁹ SILVA, José Afonso da. *Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963, p. 107.

¹⁰ SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2004, p. 637.

¹¹ PARIZATTO, João Roberto. *Prática do recurso especial, extraordinário e ordinário*. São Paulo: Parizatto, 2005, p. 293.

¹² ALVIM, Eduardo Arruda. *Recurso especial e recurso extraordinário*. In NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 10.325/2001*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. v. 5, p. 140.

¹³ Ibidem

Ou seja, enquanto os recursos ordinários propiciam “o reexame pelo Tribunal de quaisquer discussões, de fato ou de direito”,¹⁴ o recurso extraordinário “só tem cabimento dentro das rígidas hipóteses constitucionalmente previstas.”¹⁵ Resumindo, o “cabimento do recurso extraordinário fica jungido à discussão de matéria de direito.”¹⁶

Rodolfo de Camargo Mancuso,¹⁷ assim como Eduardo Alvim,¹⁸ destaca que o recurso extraordinário não tem por escopo primordial, imediatamente, os interesses das partes ou correção da injustiça da decisão recorrida, mas o resguardo do direito objetivo, a prevalência das normas da Constituição Federal. Como afirma Barbosa Moreira: “nele unicamente se discutem *questiones iuris*, e destas apenas as relativas ao direito federal.”¹⁹

Podemos, desta forma, identificar a relação direta entre esta característica e a função primordial do Supremo Tribunal Federal, que como bem conceitua Afonso da Silva, é a de “sustentar a supremacia da Constituição.”²⁰ Trata-se portanto, o recurso extraordinário de instrumento para que o Supremo Tribunal Federal possa alcançar sua finalidade.²¹

1.3 Aspectos históricos do recurso extraordinário

O recurso extraordinário brasileiro foi originado do direito norte-americano – *Judiciary Act* de 1789 - a primeira lei orgânica do poder judiciário americano. A seção 25 disciplinou o *writ of error*, onde o recorrente ao interpor alegava *error in procedendo* ou *error in iudicando* para a anulação do julgado pela

¹⁴ RODRIGUES NETTO, Nelson. *Recursos no processo civil*. São Paulo: Dialética, 2004, p. 155.

¹⁵ Ibidem, p. 155-156.

¹⁶ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. *Manual dos recursos cíveis: teoria geral e recursos em espécie*. 2. ed., Curitiba: Juruá, 2004, p. 288.

¹⁷ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Recurso extraordinário e recurso especial*. 6. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 90.

¹⁸ ALVIM, Eduardo Arruda. *Recurso especial e recurso extraordinário*. In NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 10.325/2001*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. v. 5, p. 142-143.

¹⁹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao código de processo civil*. 11. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003. v. 5, p. 578.

²⁰ SILVA, José Afonso da. *Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963, p. 105-106.

²¹ Ibidem

Suprema Corte americana. Que poderia rever as decisões finais das supremas cortes estaduais em casos específicos.²²

Em 24 de fevereiro de 1891, com a promulgação da primeira Constituição da República, o Supremo Tribunal Federal teve sua criação efetivada e estabelecidas suas competências e composição.

O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, em seu art. 102 adjetivou o então recurso inominado (dado pela Constituição de 1.891) em recurso extraordinário. Por fim, o art. 24 da Lei n.º 221/1894 trouxe para a legislação da época a mesma denominação: recurso extraordinário.

O Supremo Tribunal Federal era composto por quinze juízes e tinha como atribuição o controle jurisdicional difuso de constitucionalidade das leis e atos normativos, além da competência para dirimir, em grau final, mediante o recurso extraordinário, as causas em que se discutia a afronta à Constituição Federal e, também, a negativa ou divergência na interpretação de lei federal. Além dessas, foi prevista a competência originária para determinadas causas de relevo e para o julgamento de certas autoridades acusadas de crimes comuns ou de responsabilidade, além de conflitos de competência em razão de ser um Tribunal de sobreposição.²³

A competência do Supremo, a partir da Carta Política de 1891, sofreu várias alterações, sendo gradualmente ampliada seja pelo legislador constituinte originário seja pelo derivado.

A primeira alteração ocorreu em 1926, por meio da Emenda Constitucional n.º 16, que atribuiu à Corte a competência para uniformizar a interpretação da Constituição e das leis federais mediante a interposição do recurso extraordinário.

A Constituição Federal de 1934 manteve a competência originária do Tribunal conforme definida na Carta de 1891. No entanto, ampliou e adaptou a

²² DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 44.

²³ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 48.

competência às instituições existentes naquela época, tal como o acionamento do procurador-geral da República e a previsão do Distrito Federal e dos Territórios como entes de direito público interno. Atribuiu-lhe, ainda, a competência para julgar, por meio do recurso extraordinário, as causas decididas pelas Justiças locais em única ou última instância. Essa Constituição deu nova denominação ao Supremo, que passou a se chamar Corte Suprema.

A Constituição de 1946, com o objetivo de reduzir o volume de atribuições submetidas ao Supremo, criou o Tribunal Federal de Recursos (TFR), atribuindo-lhe competência para processar e julgar os mandados de segurança contra ato de ministro de Estado e, em grau de recurso, as causas de interesse da União e das entidades da administração direta e indireta federal, fundações e empresas públicas.

Com a edição da Emenda Constitucional n.º 1 de 1.969, surge no direito brasileiro o primeiro filtro para conter o excesso de processos que chegava ao Supremo Tribunal Federal, denominado de arguição de relevância de questão federal.²⁴

A arguição de relevância prevista no art. 119, parágrafo único, da Constituição de 1.969, estabelecia limites às causas sujeitas a recurso extraordinário, tais como a natureza, a espécie e o valor, quando fosse interposto com base nas alíneas “a” e “d” do inciso III do mencionado dispositivo constitucional, quando houvesse contrariedade a dispositivo da Constituição ou negasse vigência a tratado ou a lei federal, ou ambos, ou quando desse à lei federal interpretação divergente de outro tribunal ou do próprio Supremo Tribunal Federal.²⁵

Dessa forma, o STF, pelo seu regimental interno, criava e aplicava um mecanismo para obstar a entrada de recurso extraordinário, já que a Emenda Constitucional de 1.969 dava tal autorização.

A composição do Supremo também sofreu algumas alterações ao longo dos anos. Na vigência da Constituição de 1891, o Tribunal contava com

²⁴ AZEM, Guilherme Beux Nassif. *Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 49.

²⁵ Ibidem, p. 49-50.

quinze integrantes. Esse número foi reduzido para onze em 1931; em 1965 foi alterado para dezesseis, em decorrência do Ato Institucional nº 2. Já em 1967, o número de ministros retornou para onze, composição que se verifica atualmente.

A Carta de 1988 extinguiu o Tribunal Federal de Recursos, criando em seu lugar cinco Tribunais Regionais Federais (TRF) e o Superior Tribunal de Justiça. Os TRFs absorveram a competência do TFR relativa à apelação das decisões da Justiça Federal. Outras atribuições do TRF foram transferidas para o STJ, como a competência para processar e julgar os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Contas dos Estados, os mandados de segurança contra ato de ministro de Estado e os conflitos entre juízes subordinados a tribunais diversos.²⁶

Desta forma, com a nova Carta Política de 1988, surgiu o segundo mecanismo de filtragem do recurso extraordinário, ou seja, o desmembramento do Supremo Tribunal Federal, o qual julgaria exclusivamente recursos em que houvesse violação a dispositivos constitucionais. Quanto à violação à lei federal (matérias legais ou infraconstitucionais) ficou instituído o Superior Tribunal de Justiça, que teria a competência funcional de analisar tal tema.

1.4 Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário

O art. 102, III, da Constituição Federal, elenca as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: (...) III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

²⁶ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 48-49.

1.5 Admissibilidade do recurso extraordinário

O recurso extraordinário além dos pressupostos inerentes a qualquer recurso reclama vários outros:

- A existência de decisão em única ou última instância (para que o recurso extraordinário chegue ao Supremo Tribunal Federal é preciso que todos os meios ordinários tenham sido exauridos);

- O envolvimento da questão constitucional (é necessário que a questão seja constitucional);

- A comprovação de pagamento do preparo, respeitadas as devidas ressalvas, de acordo com a Resolução nº 389 do STF. Um ponto importante neste tópico é o que diz respeito à isenção de pagamento do porte de remessa e retorno para os recursos interpostos nos tribunais sediados em Brasília que não utilizarem o serviço da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), conforme previsto no artigo 4º, inciso I, da aludida Resolução.

- A demonstração de existência de repercussão geral, que analisaremos mais detidamente em outro capítulo.

O prazo para a interposição do recurso extraordinário é de 15 dias (Artigo 26 da Lei n. 8.038, de 1990). Devendo ser interposto perante o presidente ou o vice-presidente do Tribunal de cujo acórdão se esta recorrendo (CPC, art. 541, *caput*).

A petição deverá conter a exposição do fato e do direito, demonstração de seu cabimento e as razões do pedido e da reforma da decisão recorrida (CPC, art. 541, I, II, III), e estar devidamente assinada, sob pena de ser considerado ato juridicamente inexistente. Bem como, o subscritor das razões do recurso extraordinário, deverá estar devidamente constituído nos autos.

O Supremo Tribunal Federal também exige o prequestionamento explícito da questão constitucional para que o recurso seja apreciado. Este requisito pressupõe que a questão constitucional tenha sido ventilada e decidida no julgado recorrido, conforme dispõem as Súmulas n. 282 e n. 356 do STF:

Súmula n.º 282 – É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula n.º 356 – O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Por fim, outro requisito de admissibilidade do recurso extraordinário é que sua petição deve ser distinta da petição do recurso especial (CPC, art. 541, *in fine*). Se ambos forem admitidos, os autos serão imediatamente remetidos para o Superior Tribunal de Justiça. Primeiro, em regra, será julgado o recurso especial, para que depois seja julgado o recurso extraordinário, caso não esteja prejudicado (Artigo 27, §§ 3º e 4º da Lei n. 8.038, de 1990).

2 O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL

2.1 Conceito de Repercussão geral

O primeiro ponto a ser estudado e a primeira dificuldade ao analisar o instituto está em definir o significado da expressão repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso.²⁷

Mesmo após a Constituição de 1988, não é a primeira vez que se exige que haja relevância na causa, tendo em vista que o artigo 896-A, inserido pela MP nº 2.226/2001, dispõe que “o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.”²⁸ Na arguição de descumprimento de preceito fundamental, inciso I, parágrafo único, do artigo 1º da Lei 9.882/99, versa que a arguição será cabível “quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.”²⁹

Ainda que haja eventual disciplina legal acerca da expressão “repercussão geral”, esta encontra-se carregada de intencional vaguidade.³⁰ Eduardo Cambi afirma que se trata de “conceito indeterminado”.³¹

Para José Medina, Luiz Wambier e Teresa Arruda Alvim Wambier, a razão pela qual o constituinte utilizou esse conceito vago, repercussão geral, deve-se ao fato de tratar-se “de uma norma que deve incidir, no plano empírico, sobre

²⁷ GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. *A arguição de relevância: a repercussão geral das questões constitucional e federal*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001, p. 37.

²⁸ LAMY, Eduardo de Avelar. *Repercussão geral no recurso extraordinário: a volta da arguição de relevância?* In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. et al (Coord.). *Reforma do judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a EC n. 45/2004*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 174.

²⁹ Ibidem, p. 174-175.

³⁰ ALVIM, Arruda. *A EC n. 45 e o instituto da repercussão geral*. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. et al (Coord.). *Reforma do judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a EC n. 45/2004*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 73.

³¹ CAMBI, Eduardo. *Critério da transcendência para a admissibilidade do recurso extraordinário (art. 102, § 3º, da CF): entre a autocontenção e o ativismo do STF no contexto da legitimação democrática da jurisdição constitucional*. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; et al (Coord.). *Reforma do judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a EC n. 45/2004*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 159.

uma realidade de impossível apreensão plena, pela via da expressão verbal.”³² Caso o legislador resolvesse elencar as situações em que considerasse haver repercussão geral, certamente deixaria outras situações relevantes de fora, pois a realidade é mais dinâmica e mais rica do que a imaginação do legislador.³³

Exatamente conforme a previsão de Nelson Nery Júnior, “o acúmulo de recursos para serem julgados, agora sem o expediente da relevância, afigura-se nos iminente e inevitável.”³⁴

Com isso, atendidos os requisitos genéricos e específicos do recurso extraordinário, há a obrigatoriedade do pronunciamento do STF, tornando, portanto, irrestrita uma atividade que deveria ser circunscrita.³⁵

Diversos mecanismos foram sugeridos, como o aumento do número de magistrados, e outros até aplicados, como a utilização das súmulas e a retenção obrigatória, mas não obtiveram êxito significativo na redução do exorbitante número de recursos.³⁶

Nas discussões que envolveram a Reforma do Judiciário, a preocupação com esse fenômeno esteve presente, falando-se na necessidade de haver alta relevância para que a matéria fosse apreciada em sede de recurso extraordinário.³⁷

Por isso, por meio da Emenda Constitucional de nº 45, adotou-se no sistema constitucional vigente uma limitação ao cabimento do recurso extraordinário que é a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, resgatando a excepcionalidade dessa espécie recursal.

³² MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Repercussão geral e súmula vinculante*. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; et al (Coord.). *Reforma do judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a EC n. 45/2004*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 375.

³³ Ibidem

³⁴ NERY JUNIOR, Nelson. *Teoria Geral dos Recursos*. 6. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 104.

³⁵ TAVARES, André Ramos. *Reforma do judiciário no Brasil pós-88: (des) estruturando a justiça*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 96.

³⁶ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. *A repercussão geral das questões constitucionais e o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário*. In WAMBIER; et al, op. cit., , p. 746-749.

³⁷ TAVARES, André Ramos. *A repercussão geral no recurso extraordinário*. In TAVARES, André Ramos; LENZA, Pedro; ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora (Coord.). *Reforma do judiciário analisada e comentada*. São Paulo: Método, 2005, p. 214-215.

O recurso extraordinário deve possuir importância geral para ser julgado. Uma causa é provida de repercussão geral quando há interesse geral pelo seu deslinde, ou seja, interesse público e não somente dos envolvidos naquele litígio. No momento em que o julgamento do recurso deixa de atingir apenas as partes do processo mas, passa a atingir também várias outras pessoas fora dele, despertando assim o interesse público, podemos dizer que a causa possui repercussão geral.

O instituto da repercussão geral foi instituído na Constituição atual por meio do §3º do artigo 102, com a seguinte redação:

No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.³⁸

O § 1º do art. 543-A do Código de Processo Civil, apresenta a concepção que se deve ter de repercussão geral, vale dizer, a existência ou não, no *thema decidendum*, de questões relevantes sob a ótica econômica, política, social ou jurídica, que ultrapassem o interesse individual dos litigantes.

Nada impede a conclusão de que o objeto do recurso extraordinário envolva, a um só tempo, relevância política e social, ou mesmo, social e econômica, mas sempre de índole constitucional.

2.2 Origem do Instituto da Repercussão geral

As discussões envolvendo a relevância como requisito para o recurso extraordinário tiveram início com a alteração do artigo 119, da Constituição Federal de 1967, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Ulteriormente, a Emenda Constitucional nº 7, de 1977, acrescentou de forma expressa ao artigo 119, § 1º, da Constituição Federal, a expressão “*relevância da questão federal*”. Fazendo com que, em 1985 o Supremo Tribunal Federal alterasse seu Regimento Interno para enumerar no art. 325 as hipóteses de

³⁸ ALVIM, Arruda. A EC n. 45 e o instituto da repercussão geral. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. et al (Coord.). *Reforma do judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a EC n. 45/2004*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 63.

cabimento do recurso extraordinário e, no item XI, admitir o recurso “*em todos os demais feitos, quando reconhecida a relevância da questão federal*”.

O Regimento Interno da Corte Suprema, em seu art. 327, §1º, esclarecia expressamente que a expressão “*relevância da questão federal*” seria compreendida como uma questão federal em que, pelos reflexos na ordem jurídica, e considerados os aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais da causa, exigiria a apreciação do recurso extraordinário pelo Tribunal.

Na Constituição de 1988, o legislador constituinte originário entendeu por bem retirar a exigência da relevância da questão federal como requisito de admissibilidade para a interposição do recurso extraordinário. Porém, a Emenda Constitucional nº 45/2004, que ficou conhecida como “*Reforma do Judiciário*”, reintroduziu, no ordenamento jurídico brasileiro, o instrumento de controle da admissibilidade do Recurso Extraordinário em razão de sua relevância, agora denominado “*repercussão geral das questões constitucionais*”.

2.3 Previsão legal do Instituto da Repercussão geral

A emenda Constitucional nº 45 determinou em seu artigo 7º a instalação de comissão especial mista para, em cento e oitenta dias, elaborar os projetos de lei para proceder às regulamentações ou alterações nela tratada.³⁹

Em virtude disso, a comissão especial mista elaborou o Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2006 com a finalidade de regulamentar a repercussão geral.⁴⁰ Em trâmite no Senado, foi aprovado nos termos do substitutivo (Emenda nº 1-CCJ) com a alteração da Emenda nº 5-PLEN, aprovada integralmente, e com a alteração da Emenda nº 3-PLEN, aprovada parcialmente.⁴¹

Vale ressaltar que, e enquanto o PLS nº 12/06 regulamentava a repercussão geral como lei extravagante, sob o argumento da comissão especial de

³⁹ BRASIL. Congresso Nacional. Comissão mista especial para a reforma do poder judiciário. Relatório nº 1, de 2006-CN. Brasília, 2005, p. 10.

⁴⁰ BRASIL. *Projeto de Lei do Senado nº 12/2006*. Regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

⁴¹ BRASIL. Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/detalhes.asp?p_cod_mate=76457, acesso em: 15 nov. 2009.

que “uma modificação no CPC tornaria as disposições inaplicáveis ao processo penal, e a nossa intenção é que não restem pontos indispensáveis carentes de regulamentação legislativa”,⁴² o substitutivo aprovado que fora apresentado, regulamentou a repercussão geral como alteração ao Código de Processo Civil, acrescentando os artigos 543-A e 543-B, sem justificar o porquê da modificação.⁴³

Apesar disso, em virtude do que dispõe o art. 4º do CPP e 769 da CLT, que permitem a aplicação subsidiária do CPC, essa alteração não inviabiliza a aplicação da repercussão geral nos demais ramos do Direito.

A regulamentação do dispositivo constitucional foi efetuada pela Lei n.º 11.418, de 19 de dezembro de 2006, acrescentando ao Código de Processo Civil os arts. 543-A e 543-B:

Art. 1º Esta Lei acrescenta os arts. 543-A e 543-B à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, a fim de regulamentar o § 3 da Constituição Federal.

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 543-A e 543-B:

‘Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

§ 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

§ 3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

§ 4º Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

§ 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

⁴² BRASIL. Congresso Nacional. Comissão mista especial para a reforma do poder judiciário. Relatório nº 1, de 2006-CN. Brasília, 2005, p. 43.

⁴³ BRASIL. *Projeto de Lei nº 6648/2006*. Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o art. 102, § 3º, da Constituição Federal.

§ 6º O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 7º A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial e valerá como acórdão.

Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.

§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.

§ 3º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.

§ 4º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.

§ 5º O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal disporá sobre as atribuições dos Ministros, das Turmas e de outros órgãos, na análise da repercussão geral.'

Art. 3º Caberá ao Supremo Tribunal Federal, em seu Regimento Interno, estabelecer as normas necessárias à execução desta Lei.

Art. 4º Aplica-se esta Lei aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

A lei acima citada também determinou que o Supremo Tribunal Federal estabelecesse as normas necessárias à aplicação do instituto da repercussão geral em seu Regimento Interno. Assim, no dia 30 de março de 2007, foi editada a Emenda Regimental nº 21 do seguinte teor:

Altera a redação dos artigos 13, inciso V, alínea c, 21, parágrafo 1º, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328 e 329, e revoga o disposto no parágrafo 5º do art. 321, todos do Regimento interno.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal faz editar a Emenda Regimental aprovada pelos Senhores Membros da Corte em sessão administrativa realizada no dia de março de 2007, nos termos do art. 361, inciso I, alínea a, do Regimento Interno.

Art. 1º Os dispositivos do Regimento Interno a seguir enumerados passam avigorar com a seguinte redação:

'Art. 13. São atribuições do Presidente:

V – Despachar:

c) como Relator, nos termos dos arts. 544, § 3º, e 557 do Código de Processo Civil, até eventual distribuição, os agravos de instrumento e petições ineptos ou doutro modo manifestamente inadmissíveis, bem como os recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, ou cuja matéria seja destituída de repercussão geral, conforme jurisprudência do Tribunal

Art. 21. São atribuições do relator:

§ 1º Poderá o Relator negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário a jurisprudência dominante ou a súmula do Tribunal, deles não conhecer em caso de incompetência manifesta, encaminhando os autos ao órgão que reputar competente, bem como cassar ou reformar, liminarmente, acórdão contrário à orientação firmada nos termos do art. 543-B do Código de Processo Civil

Art. 322. O Tribunal recusará recurso extraordinário cuja questão constitucional não oferecer repercussão geral, nos termos deste capítulo.

Parágrafo único. Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões que, relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, ultrapassem os interesses subjetivos das partes.

Art. 323. Quando não for caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão, o Relator submeterá, por meio eletrônico, aos demais ministros, cópia de sua manifestação sobre a existência, ou não, de repercussão geral.

§ 1º Tal procedimento não terá lugar, quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante, casos em que se presume a existência de repercussão geral.

§ 2º Mediante decisão irrecorrível, poderá o Relator admitir de ofício ou a requerimento, em prazo que fixar, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, sobre a questão da repercussão geral.

Art. 324. Recebida a manifestação do Relator, os demais ministros encaminhar-lhe-ão, também por meio eletrônico, no prazo comum de 20 (vinte) dias, manifestação sobre a questão da repercussão geral.

Parágrafo único. Decorrido o prazo sem manifestações suficientes para recusa do recurso, reputar-se-á existente a repercussão geral.

Art. 325. O Relator juntará cópia das manifestações aos autos, quando não se tratar de processo informatizado, e, uma vez definida a existência da repercussão geral, julgará o recurso ou pedirá dia para seu julgamento, após vista ao Procurador-Geral, se necessária; negada a existência, formalizará e subscreverá decisão de recusa do recurso.

Parágrafo único. O teor da decisão preliminar sobre a existência da repercussão geral, que deve integrar a decisão monocrática ou o

acórdão, constará sempre das publicações dos julgamentos no Diário Oficial, com menção clara à matéria do recurso.

Art. 326. Toda decisão de inexistência de repercussão geral é irrecurável e, valendo para todos os recursos sobre questão idêntica, deve ser comunicada, pelo Relator, ao Presidente do Tribunal, para os fins do artigo subsequente e do artigo 329.

Art. 327. O Presidente do Tribunal recusará recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como aqueles cuja matéria carecer de repercussão geral, segundo precedente do Tribunal, salvo se a tese tiver sido revista ou estiver em procedimento de revisão.

§ 1º Igual competência exercerá o relator sorteado, quando o recurso não tiver sido liminarmente recusado pelo Presidente.

§ 2º Da decisão que recusar recurso, nos termos deste artigo, caberá agravo.

Art. 328. Protocolado ou distribuído recurso cuja questão for suscetível de reproduzir-se em múltiplos feitos, o Presidente do Tribunal ou o Relator, de ofício ou a requerimento da parte interessada, comunicará o fato aos tribunais ou turmas de juizado especial, a fim de que observem o disposto no art. 543-B do Código de Processo Civil, podendo pedir-lhes informações, que deverão ser prestadas em 5 (cinco) dias, e sobrestar todas as demais causas com questão idêntica.

Parágrafo único. Quando se verificar subida ou distribuição de múltiplos recursos com fundamento em idêntica controvérsia, o Presidente do Tribunal ou o Relator selecionará um ou mais representativos da questão e determinará a devolução dos demais aos tribunais ou turmas de juizado especial de origem, para aplicação dos parágrafos do art. 543-B do Código de Processo Civil.

Art. 329. O Presidente do Tribunal promoverá ampla e específica divulgação do teor das decisões sobre repercussão geral, bem como formação e atualização de banco eletrônico de dados a respeito.

Art. 2º. Fica revogado o disposto no parágrafo 5º do artigo 321.

Art. 3º Esta Emenda Regimental entrará em vigor na data de sua publicação.

2.4 Os vários aspectos da repercussão geral (relevância social, política e jurídica) e a regra da Transcendência

Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e a Lei nº 11.418, de 2006, têm por objetivo fazer com que somente sejam apreciados os recursos extraordinários que versarem a respeito de questões relevantes, que transcendam o interesse meramente individual das partes em litígio. No caso da existência de decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do STF, a repercussão geral é presumida.

Há manifestação na doutrina identificando a repercussão geral com a transcendência, no sentido de que “a *repercussão geral traduz a importância metaindividual da matéria*.”⁴⁴

Mas há também opinião no sentido de que repercussão geral seria a conjugação de *relevância e transcendência*.⁴⁵

Portanto, a questão deve ser *relevante*, sob ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, bem como, deve ultrapassar os interesses subjetivos da causa (*transcendência*). Embora não esteja expresso, isso nos parece perfeitamente indicado, na leitura do § 1º do art. 543-A do Código de Processo Civil:

Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

Além desses entendimentos, podemos inferir que questão relevante, sob qualquer dos pontos de vista mencionados, é aquela que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Assim, as noções de “relevância” e de “transcendência” estariam intimamente ligadas, não sendo possível falar em questão relevante que não seja transcendente e vice-versa.

Seja como for, o art. 543-A do Código de Processo Civil não define o que seria questão relevante “do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico” (aludida *relevância*), tampouco quais características são necessárias para configuração de questões “que ultrapassem os interesses subjetivos da causa” (aludida *transcendência*). Apenas a jurisprudência do STF poderá esclarecer essas questões.

A exigência de que o recurso deve “ultrapassar os interesses subjetivos da causa” (*transcendência*), não significa que a decisão prolatada em ação individual deverá atingir terceiros, em uma grande extensão dos limites subjetivos da coisa julgada.

⁴⁴ MARTINS, Samir José Caetano. A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006) in *Revista Dialética de Direito Processual* nº 50, maio de 2007, p. 100.

⁴⁵ MARIONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 33.

É razoável imaginar que *transcendência* signifique, ou que o recurso deve ser capaz de gerar um precedente (*leading case*), que irá nortear a interpretação e aplicação do direito constitucional em casos futuros, ou que se refere a direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos.

Nesse sentido, há manifestação doutrinária:

A transcendência da controvérsia constitucional levada ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal pode ser caracterizada tanto em uma perspectiva qualitativa como quantitativa. Na primeira, sobreleva para individualização da transcendência o importe da questão debatida para a sistematização e desenvolvimento do direito; na segunda, o número de pessoas susceptíveis de alcance, atual ou futuro, pela decisão daquela questão pelo Supremo e, bem assim, a natureza do direito posto em causa (notadamente, coletivo ou difuso).⁴⁶

E há opiniões defendendo que poderá existir repercussão geral mesmo em ações individuais, quando tratar-se de questões que, provavelmente, podem não ocorrer em outros processos:

Numa perspectiva vertical, cumpre reconhecer que também quando estiver em jogo o direito de uma só pessoa, em situação aparentemente irrepetível, deverá ser reconhecida a repercussão geral, desde que se trate de direito fundamental, aí incluídos, como se sabe, os direitos e garantias individuais e os direitos sociais, com ênfase na tutela do mínimo existencial.⁴⁷

Por enquanto os juristas podem apenas realizar exercícios de uma suposta lógica jurídica, apresentando qual interpretação julgam como sendo a correta, E ao mesmo tempo tentar vislumbrar qual será a interpretação que prevalecerá, ou mesmo pretensiosamente contribuir para essa interpretação.

⁴⁶ MARIONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 37.

⁴⁷ MARTINS, Samir José Caetano. A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006) in *Revista Dialética de Direito Processual* nº 50, maio de 2007, p. 101.

3 COMPARATIVOS ENTRE REPERCUSSÃO GERAL, ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA E O SISTEMA AMERICANO *PETITION FOR WRIT OF CERTIORARI*

3.1 Repercussão Geral e arguição de relevância

Não obstante se considerar que a Repercussão Geral foi inspirada na Arguição de Relevância instituída no antigo sistema processual, no sentido de reintroduzir filtros no sistema processual brasileiro,⁴⁸ é imprescindível observar que os dois institutos não podem ser confundidos.⁴⁹

A Arguição de Relevância foi criada com o escopo de permitir a interposição do recurso extraordinário nas hipóteses em que o mesmo era vedado pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal,⁵⁰ ou seja, “*instituto que visava possibilitar o conhecimento deste ou daquele Recurso Extraordinário a priori incabível, funcionando como um instituto com característica central inclusiva*”.⁵¹ O referido instituto, inclusive, chegou a ser comparado ao *writ of certiorari* quando ainda se especulava que aquele seria a solução para se preservar o “*Direito Nacional contra atentados graves por sua repercussão jurídica, moral, social, política ou econômica*”.⁵²

No entanto, as expectativas quanto ao sucesso da Arguição de Relevância restaram frustradas haja vista que tal sistema, contemplado pela Emenda Regimental 2/85 do STF, dispunha de nítido caráter administrativo, no qual se criticava a falta de definição, a ausência de fundamentação das decisões, bem como o julgamento discricionário, sem participação das partes.⁵³

Nesse mesmo sentido, considera Evandro Leite que não é justificável, “por mais alto que seja o grau de subjetividade do julgamento, a

⁴⁸ MACEDO, Elaine Hazheim. *Repercussão Geral das Questões Constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário*. *Revista Direito e Democracia*, v.6, n.1, Canoas, Editora Ulbra, 2005, p.102.

⁴⁹ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.30.

⁵⁰ MACEDO, op. cit., p. 102.

⁵¹ MARINONI; MITIDIERO, op. cit., p. 31.

⁵² LEITE, Evandro Gueiros. *A Emenda 2/85 (RISTF) e a boa razão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, v. 615, p. 10 *Apud* MACEDO, op. cit., p. 102.

⁵³ MACEDO, op. cit., p.103.

dispensa de motivação das decisões da Corte nas arguições de relevância (RISTF, art. 96), o que infirma a garantia do litigante de saber por que foi repellido”⁵⁴.

Portanto, o instituto da Arguição de Relevância e o da Repercussão Geral não podem ser considerados análogos ou similares.

Em que pesem os objetivos remotos de unificação jurisprudencial nacional serem similares, a Repercussão Geral retrata, também, a necessidade de se evitar provimentos judiciais idênticos sobre a mesma questão constitucional, provendo, assim, uma maior racionalização judicial. Essas tônicas de eficiência, economia e celeridade processual são indicativas dos anseios da Reforma do Judiciário, proposta pela Emenda Constitucional 45/2004.

Além disso, a Repercussão Geral “*visa excluir do conhecimento do Supremo Tribunal Federal controvérsias que assim não o caracterizem*”,⁵⁵ uma vez que o *quorum* qualificado é para considerar que a questão não tem Repercussão Geral,⁵⁶ ao contrário da característica central inclusiva da arguição de relevância, que pretendia possibilitar o conhecimento do recurso extraordinário.⁵⁷

Quanto à finalidade, a Arguição de Relevância se prestava a debater matérias de Recurso Especial absorvidas, na época, pelo Recurso Extraordinário,⁵⁸ sendo aquelas, hoje, de competência do Superior Tribunal de Justiça. A Repercussão Geral, por outro lado, está afeta tão somente à relevância da controvérsia constitucional, quando observada a transcendência dos interesses subjetivos.⁵⁹ Dessa forma, para este instituto, não há análise de relevância quanto à questão federal.

⁵⁴ LEITE, Evandro Gueiros. *A Emenda 2/85 (RISTF) e a boa razão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, v. 615, p. 15. *Apud* MACEDO, Elaine Hazheim. *Repercussão Geral das Questões Constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário*. Revista *Direito e Democracia*, v.6, n.1, Canoas, Editora Ulbra, 2005, p. 102.

⁵⁵ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Recurso extraordinário e recurso especial*. 9. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 192.

⁵⁶ DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. Vol. 3. 3. ed., Salvador: JusPodivm, 2007, p. 268.

⁵⁷ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 31.

⁵⁸ MACEDO, op. cit., p. 104.

⁵⁹ MARINONI; MITIDIERO, op. cit., p. 31.

Ademais, a arguição de relevância teve sua imagem associada a procedimentos que eram considerados como arbitrários, por exemplo, a decisão sobre o acolhimento ou a rejeição da relevância era tomada em sessão de conselho secreta, e sem nenhuma fundamentação.⁶⁰

Já a Repercussão Geral, quanto ao formalismo processual, é apreciada em sessão pública, sendo obrigatório o julgamento motivado, previsão contida no artigo 93, IX, da Constituição Federal, contrariamente à sessão secreta e com dispensa de motivação prevista pela Arguição de Relevância. A exigência de *quórum* qualificado para deliberação e a irrecorribilidade sobre a decisão de existência ou não de Repercussão Geral também são diferenciais deste último instituto.⁶¹

Podemos inferir que, em virtude do momento de ditadura militar vivido anteriormente pelo Brasil, a Constituição de 1988 tenha pretendido eliminar todos os resquícios daquele período, inclusive com a arguição de relevância.⁶²

3.2 Repercussão Geral e petition for writ of certiorari

O *writ of certiorari*, petição escrita pela parte a fim de demonstrar importantes e especiais razões para que seu caso seja revisado pela Suprema Corte, confere ao Tribunal Máximo Americano, desde 1891– com o *Judiciary Act*, editado pelo Congresso – poder discricionário para entender que causas devem ou não se processar naquele Tribunal.

O pressuposto da repercussão geral assemelha-se ao *writ of certiorari* do direito norte-americano. Tendo em vista tratar-se de uma opção política do constituinte derivado, no sentido de limitar a atividade jurisdicional da Suprema Corte, reservando-a aos casos de repercussão geral.⁶³

⁶⁰ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 31.

⁶¹ DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. Vol. 3. 3. ed., Salvador: JusPodivm, 2007, p.270.

⁶² DANTAS, op. cit., p. 31.

⁶³ ANDRADE, Fábio Martins de. *Reforma do Poder Judiciário: Aspectos gerais, o sistema de controle de constitucionalidade das leis e a regulamentação da súmula vinculante*. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 43, nº, 171, jul/set 2006, p. 177-197.

O Regimento Interno da Suprema Corte Norte-americana estabelece que “a revisão com base no writ of certiorari não é matéria de direito, mas de discricionariedade judicial. Uma petição pleiteando o writ of certiorari será deferida somente por razões extremamente relevantes”.⁶⁴

Apesar de não controlar ou limitar a discricionariedade da Corte, as seguintes regras indicam as razões que serão levadas em consideração na apreciação do *writ of certiorari*, isto é, quando:

- a) a decisão de uma Corte de Apelação conflitar com a decisão de outra sobre a mesma matéria de igual importância; a decisão sobre uma questão federal relevante conflitar com outra de uma Corte estadual em último recurso; ou quando for proveniente do curso natural dos procedimentos judiciais, ou ainda, de um tribunal inferior, que requeira o exercício do poder de supervisão da Suprema Corte;
- b) um tribunal estadual decidir em última instância uma questão federal importante que conflite com a decisão de outro tribunal estadual, ou ainda, de uma Corte de Apelação dos Estados Unidos;
- c) um tribunal estadual ou uma Corte de Apelação dos Estados Unidos decidir uma questão de direito federal importante que ainda não foi pacificada, embora já devesse ter sido, pela Suprema Corte, ou ainda, decidir uma questão federal importante de modo a conflitar com decisões relevantes da Suprema Corte.⁶⁵

Essa discricionariedade da Suprema Corte não se manifesta apenas na seleção dos casos que serão efetivamente examinados, mas também pela possibilidade de escolha, dentro de cada caso, de quais questões deseja examinar (*limited Grant of certiorari*).⁶⁶

Não é raro a Corte deixar de se pronunciar sobre determinada questão até que um número considerável de tribunais tenha se manifestado sobre o tema, pois dessa forma pode visualizar de forma mais ampla o problema e suas diversas implicações.⁶⁷

O Brasil, da mesma forma, adota o critério da relevância (que pode ser econômica, política, social ou jurídica), associado à exigência de transcendência dos interesses subjetivos das partes envolvidas no litígio.

⁶⁴ Tradução livre de: “Review on a writ of certiorari is not a matter of right, but of judicial discretion. A petition for a writ of certiorari will be granted only by compelling reasons”.

⁶⁵ Ao final da Regra 10, o Regimento estabelece que: “A petition for a writ of certiorari is rarely granted when the asserted error consists of erroneous factual findings or the misapplication of a properly stated rule of law”.

⁶⁶ DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 100.

⁶⁷ Ibidem

4 ASPECTOS PROCESSUAIS DA REPERCUSSÃO GERAL

4.1 Termo inicial da exigência da repercussão geral no recurso extraordinário (QO no AI 664567-2, RS do STF)

O Supremo Tribunal Federal decidiu na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567, RS, que a demonstração da existência de repercussão geral somente será exigida quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007.

O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, decidiu a questão de ordem da seguinte forma: 1) que é de exigir-se a demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas em qualquer recurso extraordinário, incluído o criminal; 2) que a verificação da existência de demonstração formal e fundamentada da repercussão geral das questões discutidas no recurso extraordinário pode fazer-se tanto na origem quanto no Supremo Tribunal Federal, cabendo exclusivamente a este Tribunal, no entanto, a decisão sobre a efetiva existência da repercussão geral; 3) que a exigência da demonstração formal e fundamentada no recurso extraordinário da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente) e o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente). Plenário, 18.06.2007. (DJ 06/09/2007)

Aparentemente o STF não está vinculado aos argumentos expostos pelo recorrente para demonstrar a existência de repercussão geral. Porém, o artigo 543-A do CPC, em seu § 2º, determina não só que o recorrente demonstre que o recurso extraordinário oferece repercussão geral, como exige que isso seja efetuado *em preliminar de recurso*.

4.2 Sobrestamento dos recursos extraordinários nos tribunais de origem

Quando o Supremo Tribunal Federal decide pela existência de repercussão geral em um tema controvertido, os demais recursos extraordinários com controvérsia idêntica ou semelhante deverão ser sobrestados no tribunal *a quo*,

aguardando o julgamento daquele em que já está sendo examinado pela Suprema Corte.

Outra hipótese de sobrestamento do recurso extraordinário pelos tribunais de origem ocorre quando por eles é verificada a multiplicidade de recursos repetitivos.

A multiplicidade de recursos com controvérsias idênticas foi disciplinada no artigo 543-B do Código de Processo Civil.

Foi conferido expressamente ao tribunal inferior o poder de, na hipótese de verificar a existência de multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, escolher os mais representativos, remetendo-os ao Supremo Tribunal Federal, e sobrestar o processamento dos demais (CPC, art. 543-B, § 1º). Trata-se dos chamados “processos repetidos”, nos quais verifica-se a existência dos “conflitos em massa”, para os quais são inúmeros processos versando sobre questão idêntica ou muito similar.

A lei não estabeleceu qualquer regra ou baliza para a escolha dos recursos que serão considerados “mais representativos”, razão pela qual a decisão ficará a critério do tribunal inferior. A lei também não estabeleceu qualquer possibilidade de recurso contra o mérito dessa escolha.

4.3 Admissibilidade pelo tribunal *a quo* .

A apreciação quanto à existência ou não da repercussão geral é de competência exclusiva do STF. Caberá ao tribunal *a quo* verificar apenas os demais pressupostos concernentes ao recurso extraordinário, quais sejam, tempestividade, preparo, motivação, adequação, prequestionamento e a demonstração da preliminar de repercussão geral.

Nos casos em que o recurso extraordinário deve ficar sobrestado no tribunal *a quo*, alguns magistrados entendem que não pode ser feito nenhum tipo de juízo de admissibilidade no aludido recurso, pois o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, em seu artigo 328-A, prevê que:

Art. 328-A. Nos casos previstos no art. 543-B, *caput*, do Código de Processo Civil, o Tribunal de origem não emitirá juízo de admissibilidade sobre os recursos extraordinários já sobrestados, nem sobre os que venham a ser interpostos, até que o Supremo Tribunal Federal decida os que tenham sido selecionados nos termos do § 1º daquele artigo.

Entretanto, nem todos os tribunais seguem essa regra à risca, examinando, antes do sobrestamento do recurso extraordinário, os pressupostos extrínsecos de admissibilidade (tempestividade, preparo, demonstração da preliminar de repercussão geral).

No que tange à formalidade da arguição da repercussão geral, deve ser demonstrada, em tópico próprio, em preliminar de recurso.

Contudo, se o recurso for interposto sem o tópico próprio para arguição, mas presentes e supridos os requisitos para a admissão da repercussão geral, o recurso cumprirá sua finalidade legal e será admitido ou sobrestado, conforme o artigo 154 do Código de Processo Civil, que dispõe:

Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos, os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

Há também manifestação da doutrina afirmando que a exigência deve ser relevada:

Sustentar que a ausência de preliminar recursal demonstrando a repercussão geral deve gerar o não-conhecimento de recurso parece não se coadunar com o perfil de 'processo objetivo' conferido à repercussão geral, privilegiando-se o formalismo em detrimento da pronta solução de questões de grande importância para o povo brasileiro.⁶⁸

Contudo, o art. 327 do RISTF, com redação dada pela Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007, é expresso no sentido de que a Presidência deverá recusar o recurso que não apresentar preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como idêntica competência caberá ao Relator, se a Presidência não recusar liminarmente o recurso.

Art. 327. A Presidência do Tribunal recusará recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como aqueles cuja matéria carecer de repercussão geral,

⁶⁸ MARTINS, Samir José Caetano. A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006) in *Revista Dialética de Direito Processual* nº 50, maio de 2007, p. 102.

segundo precedente do Tribunal, salvo se a tese tiver sido revista ou estiver em procedimento de revisão.

§ 1º Igual competência exercerá o(a) Relator(a) sorteado(a), quando o recurso não tiver sido liminarmente recusado pela Presidência.

O fundamento legal dessa disposição regimental é o art. 3º da Lei nº 11.418/2006, que dispõe no seguinte sentido:

Caberá ao Supremo Tribunal Federal, em seu Regimento Interno, estabelecer as normas necessárias à execução desta Lei.

O art. 327 do RISTF é expresso o suficiente para que possamos antever que são muito remotas as possibilidades de serem aceitos recursos extraordinários sem a demonstração exigida *em preliminar de recurso*, mesmo se versarem sobre questões cuja repercussão geral já houver sido reconhecida pelo STF.

Portanto, o Presidente do tribunal *a quo* poderá negar seguimento ao recurso extraordinário que não apresentar a demonstração formal da repercussão geral (requisito *extrínseco* do recurso) em razão do que prevê o inciso II do art. 541 e o § 1º do art. 542, ambos do Código de Processo Civil:

Art. 541. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão

II - a demonstração do cabimento do recurso interposto;

Art. 542. Recebida a petição pela secretaria do tribunal, será intimado o recorrido, abrindo-se-lhe vista, para apresentar contra-razões.

§ 1º Findo esse prazo, serão os autos conclusos para admissão ou não do recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, em decisão fundamentada.

Quanto aos casos em que o recurso extraordinário for interposto contra decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do STF, a demonstração formal da repercussão geral também deve ser cumprida.

O § 3º do art. 543-A do CPC estabelece de forma cabal que, nesse caso, existe repercussão geral, mas não tem regra explícita para dispensar a apresentação da demonstração. Tampouco o RISTF tem regra nesse sentido. Assim, salvo se a jurisprudência do STF se pacificar no sentido de dispensar a apresentação da preliminar nesse caso, é altamente recomendável que o advogado

demonstre, em preliminar, que há súmula ou jurisprudência dominante do STF, bem como que o acórdão do tribunal inferior está em sentido contrário.

Finalmente, o § 2º do 543-A do Código de Processo Civil dispõe que:

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

Ou seja, a competência para examinar se o *thema decidendum* oferece repercussão geral é exclusiva do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser realizada pelo tribunal *a quo*.

4.4 Admissibilidade da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal

Compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal apreciar o requisito da relevância da questão a teor do §2º do artigo 543-A do Código de Processo Civil.

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

Neste sentido também é o ensinamento do Ilustre Doutrinador Luiz Manoel Gomes Junior.⁶⁹

Assim, o exame a respeito da existência ou não da repercussão geral, deve ser feito pelo Supremo Tribunal Federal através de qualquer uma de suas turmas ou pelo seu plenário, a depender do *quorum* para julgamento.

⁶⁹ GOMES JUNIOR, Luiz Manoel, in *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*; Porto Alegre: Síntese, v. 6, n. 34, mar./abr., 2005, p. 154.

4.5 Aplicação da repercussão geral prevista no Código de Processo Civil aos recursos extraordinários em geral

A negativa da existência da repercussão geral impõe a todos os recursos extraordinários a mesma consequência, qual seja, o não acolhimento, inclusive daqueles sobrestados, bem como de eventuais agravos interpostos (CPC, art. 543-B, §2º), e caberá ao tribunal de origem notificar as partes. É dessa forma, isto é, pelo sumário trancamento de todos os recursos de igual conteúdo, que se cumprirá o objetivo pretendido pela instituição do mecanismo processual da repercussão geral.

Nos casos de existência da repercussão geral, será julgado o mérito do recurso e os sobrestados serão apreciados pelos Tribunais Recorridos, Turmas Recursais ou Turmas de Uniformização.

Se o acórdão de origem estiver em conformidade com a decisão que vier a ser proferida, consideram-se prejudicados os recursos extraordinários, anteriores e posteriores (CPC, art. 543-B, §3º). Já, se o acórdão de origem contrariar a decisão do Supremo Tribunal Federal, encaminha-se o recurso extraordinário ao relator do aludido acórdão, para retratação (CPC, art. 543-B, §3º).

Quanto aos agravos de instrumento interpostos das decisões que não admitiram os recursos extraordinários, já sujeitos ao requisito legal da repercussão geral, eles podem ser sobrestados quando relativos aos assuntos já encaminhados à decisão sobre repercussão geral (RISTF, art. 328-A, § 1º).

Decidida a questão da repercussão geral no Plenário Virtual, surgem as seguintes possibilidades:

- a) negada a repercussão geral, os agravos ficam prejudicados, assim como acontece com os recursos extraordinários;
- b) admitida a repercussão geral, os agravos ficam sobrestados, até o julgamento do mérito do *leading case*, surgindo, então as seguintes hipóteses:
 - b.1) se a decisão do STF, no julgamento do mérito do *leading case*, seguir a mesma orientação dos acórdãos recorridos, ficam prejudicados os agravos (§3º do art. 543-B do CPC);
 - b.2) se a decisão do STF, no julgamento do mérito do *leading case*, seguir em sentido diverso dos acórdãos recorridos, abrem-se outras duas possibilidades:

b.2.1) se não se verificar hipótese de retratação da própria decisão de inadmissibilidade do RE, proferida no agravo (RISTF, art. 328-A, § 1º), este deve ser remetido ao STF, já que a eventual possibilidade de retratação do acórdão recorrido, pressupõe a admissibilidade do RE;

b.2.2) se for exercido o juízo de retratação nos agravos (admitindo-se o RE), abre-se a possibilidade da retratação do próprio acórdão recorrido (CPC, art. 543-b, §3º).

4.6 Admissibilidade dos recursos extraordinários anteriores a 03 de maio de 2007

Os recursos extraordinários anteriores não devem ter seu seguimento denegado por ausência da preliminar formal de repercussão geral.

Há possibilidade de sobrestamento, retratação e inadmissibilidade na origem, de recursos interpostos de acórdãos publicados antes de 3 de maio de 2007, se a matéria tiver repercussão geral.

Apreciada e reconhecida, pelo Supremo Tribunal Federal, a relevância de determinada controvérsia constitucional, aplicam-se igualmente aos recursos extraordinários anteriores à sistemática da repercussão geral os mecanismos previstos nos parágrafos 1º e 3º do artigo 543-B, do Código de Processo Civil (sobrestamento, retratação, reconhecimento de prejuízo). Expressa ressalva quanto à inaplicabilidade, nessa hipótese, do teor do parágrafo 2º desse mesmo artigo, que trata da negativa de processamento fundada em ausência de repercussão geral.

No julgamento da Questão de Ordem no AI 715.423, Relator o Ministro Gilmar Mendes, o STF autorizou os tribunais, turmas recursais e turmas de uniformização a adotarem, quanto aos recursos extraordinários interpostos de acórdãos publicados anteriormente a 03.05.2007 e aos seus respectivos agravos de instrumento, os mecanismos de sobrestamento, retratação e declaração de prejuízo, previstos no artigo 543-B, do Código de Processo Civil.

O RE-QO 540.410/RS, Relator o Ministro Cezar Peluso, complementou ainda mais os entendimentos sobre a questão:

Aplica-se o disposto no art. 543-B do Código de Processo Civil aos recursos cujo tema constitucional apresente repercussão geral

reconhecida pelo Plenário, ainda que interpostos contra acórdãos publicados antes de 3 de maio de 2007. (DJE 17/10/20080).

Ou seja, os Recursos Extraordinários já distribuídos, interpostos de acórdãos publicados antes de 03 de maio de 2007, poderão ser devolvidos para sobrestamento, retratação ou reconhecimento de prejuízo na origem, desde que a questão constitucional neles suscitadas tenha repercussão geral reconhecida.

CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado, podemos afirmar que o excessivo número de recursos é um dos principais fatores da morosidade do judiciário, o que, muitas vezes pode tornar ineficaz a prestação jurisdicional.

O elevado número de recursos extraordinários submetidos ao Supremo Tribunal Federal acabam por desvirtuá-lo de sua função precípua, colocando-o, muitas vezes, como uma “terceira instância”.

Torna-se incontestável, portanto a criação de mecanismos como o da repercussão geral para resolver ou amenizar esse problema. Mas, para sua aplicação é preciso que se observe e respeite alguns pontos já discutidos durante este trabalho de pesquisa.

Procuramos esclarecer que estes mecanismos, especificamente o da repercussão geral, auxiliam na busca da solução do problema para o excessivo, e desproporcional, número de processos, em relação aos Órgãos julgadores e aos Magistrados. Mas, para que sejam corretamente aplicados é necessário que se observe e respeite alguns pontos já discutidos.

Esclarece-se que a repercussão geral não é o retorno da arguição de relevância, mas um instituto com finalidade completamente diferente desta última. Enquanto que na arguição de relevância buscava-se neutralizar o rigor do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, quanto ao cabimento do recurso extraordinário nas alíneas ‘a’ e ‘d’ do inciso III do art. 119 da Constituição passada, na repercussão geral, que incide sobre todas as alíneas do inciso III do artigo 102 da CF/88, tem-se um filtro, uma restrição, mais um requisito para o cabimento do recurso extraordinário.

Ressaltamos que a repercussão geral não poderá, em nome da diminuição de recursos, valer-se do sistema de ampla liberdade concedida ao STF na apreciação da arguição de relevância, já que não havia sequer necessidade de motivação da decisão. Isso e o fato do julgamento ser feito em sessão secreta são características que não se coadunam com os atuais ditames constitucionais, em

especial o art. 93, inciso IX da CF/88. Embora existam algumas semelhanças entre os dois institutos, buscamos esclarecer que um não implica no retorno do outro.

Outro fator importante para a compreensão do tema é que a repercussão geral se trata de requisito de admissibilidade, e não de outro recurso ou procedimento incidental.

Por fim, pode-se concluir que a repercussão geral está em sintonia com princípios em que aparentemente estaria em conflito, como o do acesso à justiça. É que, como foi ponderado, não se deve confundir acesso à justiça com acesso irrestrito, pois quando se colocam todas as causas no mesmo patamar, atribuindo a todas importância, o que se verifica e tem-se verificado, na prática, é que nenhuma delas recebe o tratamento como importante.

Mesmo liderando a estatística de processos em tramitação, os recursos no Supremo Tribunal Federal tiveram significativa redução, depois da implantação do mecanismo da Repercussão Geral, um filtro que, na prática, torna possível que sejam julgados apenas os casos de interesse da sociedade como um todo, e não somente das partes envolvidas.

Podemos visualizar essa redução na quantidade de Agravos de Instrumento e Recursos Extraordinários distribuídos se analisarmos os últimos anos:

Mês	2008		2009		2010	
	AI	RE	AI	RE	AI	RE
Jan	4.078	2.347	1.965	671	2.080	520
Fev	3.584	2.661	1.800	549	957	358
Mar	4.100	2.737	2.219	1.092	2.516	718
Abr	3.129	2.641	2.022	697		
Mai	3.739	2.845	3.090	831		
Jun	3.066	1.917	3.379	858		
Jul	2.514	1.124	2.418	671		
Ago	2.663	1.167	2.208	736		
Set	2.883	1.487	1.474	763		
Out	2.815	981	1.364	477		
Nov	3.114	959	843	311		
Dez	2.098	665	1.519	692		
Subtotal	37.783	21.531	24.301	8.348	5.553	1596
Total	59.314		32.649		7.149	

Tabela 1 – Agravos de Instrumento e Recursos Extraordinários nos últimos anos.

Dados de 2010 atualizados até 31 de março. Fonte: Portal de informações Gerenciais do STF.⁷⁰

Afinal, há um desejo generalizado de que a Suprema Corte se ocupe primordialmente de julgamentos mais importantes para a condução do destino do país, especialmente na fase atual de turbulências e flutuações na vida política, econômica, social e jurídica. Espera-se que este instituto introduzido no ordenamento processual constitucional brasileiro seja utilizado com sabedoria e bom senso.

A repercussão geral foi concebida em termos razoáveis e tende a produzir bons resultados na consecução dos objetivos perseguidos. Sua maior e melhor eficiência, no entanto, far-se-á notar com o passar do tempo, à medida que o exercício dessa inovação venha a tornar mais definidas e transparentes as posições do STF nas soluções dos casos concretos de repercussão geral.

Dessa forma, este instituto, criado pela EC nº 45 e em seguida regulamentado pela Lei 11.418, de 2006, obteve, como se viu, o claro propósito de diminuir a avalanche de recursos extraordinários que diariamente aportam no Supremo Tribunal Federal, objetivando com isso tornar mais racional a atividade judicante perante a Suprema Corte Brasileira.

Com a regulamentação ora efetivada, busca-se acentuar a tarefa do STF de decidir questões de impacto para os interesses da nação, retirando da pauta de apreciação dessa corte a análise de controvérsias que, conquanto importantes e relevantes para as partes litigantes, não apresentem relevância *extra muros*.

Se o novo requisito de admissibilidade continuará a cumprir seu propósito, apenas a atividade cotidiana do Supremo Tribunal Federal poderá demonstrar, bem como incumbirá à Corte Suprema efetivamente construir, da forma mais objetiva possível, o conceito de repercussão geral.

Aos profissionais do direito e à sociedade resta torcer para que esta mudança contribua para o alcance da meta maior de uma Justiça célere e efetiva.

⁷⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Relatório da Repercussão, março 2010. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio/anexo/RelatorioRG_Mar2010.pdf, acesso em: 25 out. 2010.

REFERÊNCIAS

ALVIM NETO, José Manoel de Arruda. **A arguição de relevância no recurso extraordinário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

ALVIM, Arruda. **A EC n. 45 e o Instituto da Repercussão Geral**. Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões sobre a EC n.45/2004. São Paulo: RT, 2005.

ALVIM, Eduardo Pellegrini de Arruda; NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 10.325/2001**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

ANDRADE, Fábio Martins de. **Reforma do Poder Judiciário**: Aspectos gerais, o sistema de controle de constitucionalidade das leis e a regulamentação da súmula vinculante. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, ano 43, nº, 171, jul/set 2006, p. 177-197.

BAPTISTA, N. Doreste. **Da arguição de relevância no recurso extraordinário: comentários à emenda regimental nº 3**, de 12/06/1975, do Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. **Recurso extraordinário**: origem e desenvolvimento no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DINAMARCO, Candido Rangel. **O Processo Civil na Reforma Constitucional do Poder Judiciário**. São Paulo: Revista Jurídica UNICOC, V. 2, 2005.

DINO, Flávio; et al. **Reforma do judiciário**: comentários à emenda nº 45/2004. Niterói: Impetus, 2005.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. **A arguição de relevância**: a repercussão geral das questões constitucional e federal. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário. **Revista Forense**, março-abril 2005.

LAMY, Eduardo de Avelar. **Repercussão geral no recurso extraordinário**: a volta da arguição de relevância?, Reforma do Judiciário (obra coletiva). São Paulo: Ed. RT, 2005.

MACEDO, Elaine Hazheim. Repercussão Geral das Questões Constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário. **Revista Direito e Democracia**, v.6, n.1, Canoas, Editora Ulbra, 2005.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 9. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARTINS, Samir José Caetano. A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006). **Revista Dialética de Direito Processual nº 50**, maio de 2007.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **A redação da Emenda Constitucional n. 45** (reforma da justiça). Revista Forense, v. 378, 2005.

NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria Geral dos Recursos**. 6. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

RODRIGUES NETTO, Nelson. **Recursos no processo civil**. São Paulo: Dialética, 2004.

SANCHES, Sydney. Argüição de relevância da questão federal. **O Estado de S. Paulo**, 31-10-1987.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. 21. ed., São Paulo: Saraiva, 2003. v. 3.

SARTÓRIO, Elvio Ferreira; JORGE, Flávio Cheim. **O recurso extraordinário e a demonstração da repercussão geral**. Reforma do Judiciário (obra coletiva), Reforma do Judiciário (obra coletiva). São Paulo: RT, 2005.

THEODORO JR, Humberto. **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário (Lei nº 11.418)** e Súmula Vinculante Do Superior Tribunal Federal (Lei nº 11.417). **Revista IOB de Processo Civil**, v.8, n 48, p. 100-127, 2007.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **A Repercussão Geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário**. São Paulo: RT, v. 848, junho 2006.

VELLOSO, Carlos M. da Silva. O Poder Judiciário: Como torná-lo mais ágil e dinâmico: Efeito Vinculante e Outros Temas. **Revista de Informação Legislativa, Senado Federal**, 138 abr/jun 1998

VELOSO, Zeno; SALGADO; Gustavo Vaz (Coord.). **Reforma do Judiciário Comentada**. São Paulo: Saraiva, 2005.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; et al (Coord.). **Reforma do judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a EC n. 45/2004**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

YARSHELL, Flávio Luiz. A reforma do judiciário e a promessa de duração razoável do processo. **Revista do Advogado**, São Paulo: abril, v. 24, n. 75, 2004.